

Dívida degrada meio ambiente

BRASÍLIA — A declaração conjunta da VI Reunião Ministerial dos Países da América Latina e do Caribe sobre Meio Ambiente transformou-se numa defesa enfática de um novo tratamento para a dívida externa, incisivamente preconizado pelo Governo brasileiro — inclusive no discurso com o qual o Presidente Sarney abriu o encontro, na quarta-feira. A “Declaração de Brasília” torna esta condição indispensável para garantir a preservação ambiental e a promoção de um aproveita-

mento racional dos recursos naturais da região.

Os Ministros, reunidos durante a última semana no Itamaraty, consideram que “o subdesenvolvimento e a deteriorização ambiental são elementos de um mesmo círculo vicioso, que condena milhões de pessoas a uma qualidade de vida abaixo dos níveis da dignidade humana”.

Os 14 itens da “Declaração de Brasília” estabelecem relação direta entre a proteção ambiental e o processo de desenvolvimento econômico, responsabilizando o endivida-

mento externo pela situação de pobreza do continente. “A crise de endividamento e as políticas de ajuste dela derivadas têm deteriorado as condições de desenvolvimento econômico, social e ambiental. A dívida não pode ser paga nas condições atuais, nem aumentando a fome e a miséria dos nossos povos nem com mais subdesenvolvimento e a conseqüente degradação do nosso meio ambiente”, enfatiza o documento.

Para solucionar a questão da dívida, segundo os Ministros, não bas-

tam as medidas tomadas por seus países — que a seu ver se converteram em “exportadores de capital para os países desenvolvidos”. A declaração esclarece que “esta solução só será possível mediante a modificação dos termos e modalidades do tratamento da dívida e com a corresponsabilidade que os credores devem assumir para resolver juntos o problema do endividamento e suas conseqüências”.

A dívida externa só é deixada de lado a partir do sétimo item do documento. Os Ministros então defen-

dem a aplicação, no continente, de maiores recursos de organismos financeiros internacionais em programas de proteção ambiental, com facilidades institucionais específicas e em termos acordados consensualmente com os países envolvidos, e a transferência de tecnologia para a exploração racional dos recursos naturais, sem fins lucrativos. Além disso, o documento condena as tentativas de “transformar o continente em depósito de lixo” e pede que os países desenvolvidos cessem imediatamente os experimentos com armas nucleares, eliminando-as.